

ENTRE PROTEÇÃO E AUTONOMIA: ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA NO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

BETWEEN PROTECTION AND AUTONOMY: THE ROLE OF PSYCHOLOGY IN INSTITUTIONAL CARE

ENTRE LA PROTECCIÓN Y LA AUTONOMÍA: EL PAPEL DE LA PSICOLOGÍA EN LA ACOGIDA INSTITUCIONAL

Camile Rodrigues Silva¹
Francisca Amanda Campos da Cruz²
Hélen Galiza Calixto Saraiva de Alencar³
Orlando Júnior Viana Macêdo⁴

RESUMO: O acolhimento institucional constitui medida de proteção destinada a crianças e adolescentes em situação de ameaça ou violação de direitos. Este estudo objetivou analisar a atuação da Psicologia no cuidado de crianças e adolescentes em acolhimento institucional em um município do interior do Ceará, considerando suas contribuições para o desenvolvimento socioafetivo e os desafios presentes nesse contexto. Trata-se de pesquisa qualitativa e descritiva, realizada em um serviço de acolhimento institucional, com a participação de uma profissional vinculada à instituição. Os dados foram produzidos por meio de entrevista estruturada e submetidos à análise de conteúdo temática. Emergiram três categorias: cotidiano institucional, conflitos e construção de vínculos; atuação psicológica e estratégias de fortalecimento socioafetivo; e proteção institucional e autonomia. Os resultados evidenciaram que a convivência institucional possibilita socialização e construção de vínculos, embora seja atravessada por conflitos. A atuação psicológica envolve escuta, acompanhamento familiar, atividades lúdicas, apoio aos cuidadores e articulação com outros serviços. Também foram identificadas tensões entre proteção institucional e promoção da autonomia. Conclui-se que a Psicologia contribui para o desenvolvimento socioafetivo ao articular vínculo, cuidado, trabalho em rede e promoção da autonomia.

Palavras-chave: Acolhimento institucional. Psicologia. Crianças e adolescentes.

¹ Graduanda do curso de Psicologia do Centro Universitário Paraíso do Ceará - UniFAP.

² Graduanda do curso de Psicologia do Centro Universitário Paraíso do Ceará - UniFAP.

³ Graduanda do curso de Psicologia do Centro Universitário Paraíso do Ceará - UniFAP.

⁴ Doutor em Psicologia. Professor do Centro Universitário Paraíso do Ceará. Doutor em Psicologia (Psicologia Social) pela Universidade Federal da Paraíba.

ABSTRACT: Institutional care is a protective measure intended for children and adolescents whose rights are threatened or violated. This study aimed to analyze the role of psychology in the care of children and adolescents in institutional care in a municipality in the interior of Ceará, considering its contributions to socio-emotional development and the challenges present in this context. This is a qualitative and descriptive study conducted at an institutional care facility, with the participation of a professional affiliated with the institution. Data were collected through structured interviews and subjected to thematic content analysis. Three categories emerged: daily life in the institution, conflicts, and relationship-building; the role of psychology and strategies for socio-emotional strengthening; and institutional protection and autonomy. The results showed that life within the institution facilitates socialization and the formation of bonds, although it is marked by conflicts. Psychological intervention involves active listening, family support, recreational activities, support for caregivers, and coordination with other services. Tensions were also identified between institutional protection and the promotion of autonomy. It is concluded that psychology contributes to socio-emotional development by integrating bonding, care, networking, and the promotion of autonomy.

Keywords: Institutional care. Psychology. Children and adolescents.

RESUMEN: La acogida institucional es una medida de protección destinada a niños y adolescentes que se encuentran en situaciones de amenaza o violación de sus derechos. El objetivo de este estudio fue analizar la labor de la psicología en la atención a niños y adolescentes en acogida institucional en un municipio del interior de Ceará, teniendo en cuenta sus aportaciones al desarrollo socioafectivo y los retos que se plantean en este contexto. Se trata de una investigación cualitativa y descriptiva, llevada a cabo en un servicio de acogida institucional, con la participación de una profesional vinculada a la institución. Los datos se recopilaban mediante una entrevista estructurada y se sometieron a un análisis de contenido temático. Surgieron tres categorías: la vida cotidiana en la institución, los conflictos y la creación de vínculos; la intervención psicológica y las estrategias de fortalecimiento socioafectivo; y la protección institucional y la autonomía. Los resultados pusieron de manifiesto que la convivencia institucional permite la socialización y la construcción de vínculos, aunque esté marcada por conflictos. La intervención psicológica implica la escucha, el acompañamiento familiar, las actividades lúdicas, el apoyo a los cuidadores y la coordinación con otros servicios. También se identificaron tensiones entre la protección institucional y la promoción de la autonomía. Se concluye que la psicología contribuye al desarrollo socioafectivo al articular el vínculo, el cuidado, el trabajo en red y la promoción de la autonomía.

Palabras clave: Acogida institucional. Psicología. Niños y adolescentes.

INTRODUÇÃO

O acolhimento institucional constitui uma medida de proteção destinada a crianças e adolescentes que vivenciam situações de ameaça ou violação de direitos, devendo apresentar caráter excepcional e provisório. A inserção nesses serviços ocorre em contextos frequentemente atravessados por experiências de negligência, abandono, violência e

fragilização ou rompimento de vínculos familiares. Embora o afastamento do convívio familiar tenha como finalidade assegurar proteção diante dessas situações, o ingresso em uma instituição também implica mudanças nas relações cotidianas, nas referências afetivas e nos espaços de convivência, tornando necessário considerar as repercussões dessa experiência para o desenvolvimento de crianças e adolescentes.

O desenvolvimento socioafetivo é constituído nas relações estabelecidas com outras pessoas e com os diferentes contextos de vida. Na infância e na adolescência, afetividade, socialização e desenvolvimento cognitivo encontram-se articulados, de modo que as experiências relacionais participam da construção de habilidades emocionais e sociais (Piaget; Inhelder, 2002; Mendes; Pessôa, 2013). No acolhimento institucional, essa dimensão assume particular relevância, pois as crianças e adolescentes trazem trajetórias singulares e passam a estabelecer novas relações com pares, cuidadores e profissionais. Assim, as relações construídas no serviço podem constituir fontes de apoio e proteção, embora também sejam atravessadas por conflitos, processos de adaptação e limites próprios da organização institucional.

Essa complexidade exige compreender o cuidado para além do atendimento das necessidades materiais e da garantia de proteção física. Delgado Filho (2026) problematiza concepções que associam o cuidado exclusivamente à presença, à estabilidade e ao atendimento das necessidades objetivas, compreendendo-o como prática relacional, ética e política que participa dos processos de subjetivação. Nessa perspectiva, condições externas de proteção não asseguram, isoladamente, experiências subjetivas de segurança e pertencimento. Embora o estudo do autor não tenha sido desenvolvido especificamente em serviços de acolhimento institucional, sua discussão contribui para compreender que as condições sociais, simbólicas e afetivas nas quais os sujeitos estão inseridos também participam da produção do cuidado e do sofrimento psicossocial.

No contexto específico do acolhimento institucional, evidências recentes reforçam a centralidade dessas dimensões. Em revisão sistemática da produção brasileira publicada entre 2015 e 2025, Romeiro e Melchiori (2026) identificaram três grandes eixos presentes nos estudos: vínculos afetivos e relações familiares, saúde emocional e comportamento e aspectos relacionados ao trabalho do psicólogo. Os resultados indicaram que vínculos estabelecidos com familiares, irmãos, pares e profissionais podem desempenhar função protetiva, enquanto

rupturas relacionais, incertezas quanto ao futuro e permanências prolongadas nos serviços podem estar associadas a diferentes manifestações de sofrimento psíquico.

Diante dessas demandas, a atuação da Psicologia nos serviços de acolhimento apresenta caráter diversificado e não se restringe ao atendimento individual de crianças e adolescentes. Romeiro e Melchiori (2026) identificaram práticas relacionadas à elaboração e ao acompanhamento do Plano Individual de Atendimento, acompanhamento das famílias, visitas à família de origem, reinserção familiar, oficinas com os acolhidos, formação dos educadores e articulação com profissionais de diferentes áreas. Dessa forma, o trabalho psicológico encontra-se relacionado não apenas às demandas individuais, mas também às relações familiares, às dinâmicas institucionais e à articulação da rede de proteção.

Essa compreensão aproxima-se de Corrêa e Alves (2026), que defendem uma atuação psicológica orientada por uma perspectiva de clínica ampliada, construída nas relações e nas situações cotidianas do acolhimento. Nessa concepção, escuta, presença e vínculo constituem dispositivos de cuidado, e a intervenção pode ocorrer nos diferentes espaços da vida institucional, ultrapassando os limites do atendimento clínico individual. As autoras também destacam a importância da articulação entre diferentes profissionais e serviços, compreendendo a intersectorialidade e a corresponsabilização como dimensões necessárias à construção do cuidado.

4

As possibilidades de uma atuação psicológica fundamentada nas relações e nos vínculos também encontram sustentação em intervenções desenvolvidas diretamente com adolescentes acolhidos. Silva e Motta (2026), por meio de uma intervenção grupal, identificaram que a construção de um espaço de diálogo, reflexão e elaboração das experiências favoreceu processos relacionados à comunicação emocional, confiança, esperança e perspectivas de futuro. Ao longo dos encontros, as adolescentes puderam refletir sobre sua autoimagem, seus vínculos e aquilo que projetavam para suas vidas, emergindo expectativas relacionadas à independência, ao estudo, ao trabalho e à construção de uma vida autônoma. Esses resultados evidenciam que a atuação psicológica pode contribuir não apenas para o enfrentamento do sofrimento, mas também para o fortalecimento da autonomia e para a construção de projetos de futuro.

A complexidade do cuidado, entretanto, não envolve somente as crianças e adolescentes. Os profissionais que participam diretamente do cotidiano institucional também são afetados pelas relações estabelecidas nesses espaços. Pereira e Souza (2026), ao investigarem cuidadores

de crianças e adolescentes com deficiência em acolhimento institucional, identificaram que as histórias de abandono e os vínculos construídos com os acolhidos mobilizam afetos e podem produzir angústia entre os trabalhadores. Nesse sentido, os autores ressaltam que a Psicologia também pode contribuir para a criação de espaços coletivos de elaboração, como reuniões multiprofissionais, estudos de caso e grupos de trabalho, favorecendo a circulação da palavra e a construção compartilhada de estratégias de cuidado.

Apesar do reconhecimento da relevância da Psicologia no acolhimento institucional e da diversidade de práticas identificadas na literatura, ainda permanecem lacunas quanto à compreensão de como essa atuação se concretiza no cotidiano dos serviços. Romeiro e Melchiori (2026) identificaram escassez de pesquisas que aprofundem a atuação prática do psicólogo nas instituições de acolhimento, sendo essa dimensão frequentemente abordada de maneira pontual. Soma-se a isso a necessidade de compreender como essas práticas se configuram em realidades locais específicas, considerando que as condições institucionais, a organização da rede de proteção, os recursos disponíveis e as características do território podem atravessar as possibilidades e os limites da atuação profissional. Nesse sentido, investigar a experiência desenvolvida em um município do interior do Ceará permite ampliar a compreensão sobre a atuação da Psicologia para além dos contextos já contemplados pela literatura, evidenciando como práticas de cuidado, fortalecimento de vínculos e promoção do desenvolvimento socioafetivo são construídas diante das particularidades de um contexto interiorano.

5

Diante dessa lacuna, coloca-se a seguinte questão norteadora: como se caracteriza a atuação da Psicologia no cuidado de crianças e adolescentes em acolhimento institucional e quais contribuições essa atuação pode oferecer ao seu desenvolvimento socioafetivo? Assim, o presente estudo tem como objetivo analisar as contribuições da atuação da Psicologia para o desenvolvimento socioafetivo de crianças e adolescentes em acolhimento institucional, considerando as práticas de cuidado, as relações interpessoais e os desafios presentes nesse contexto.

MÉTODO

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de caráter descritivo, desenvolvida por meio de pesquisa de campo em um serviço de acolhimento institucional destinado a crianças e adolescentes, localizado em um município do interior do Ceará. A abordagem qualitativa foi

adotada por possibilitar a compreensão das práticas profissionais a partir das experiências e significados atribuídos pelos sujeitos envolvidos no contexto investigado.

Participou do estudo uma profissional vinculada ao serviço, selecionada intencionalmente por sua inserção nas atividades desenvolvidas no contexto investigado. Considerando que se trata de um serviço localizado em município do interior e que a apresentação de características profissionais poderia favorecer sua identificação, foram omitidas informações relativas à formação, função exercida e tempo de atuação, como medida adicional de proteção à confidencialidade.

Para a produção dos dados, foi realizada entrevista estruturada composta por cinco questões abertas, elaboradas previamente a partir dos objetivos da pesquisa. As questões contemplaram aspectos relacionados à atuação da Psicologia no acolhimento institucional, às estratégias de intervenção utilizadas no cotidiano do serviço, às contribuições dessas práticas para o desenvolvimento socioafetivo das crianças e adolescentes e aos desafios encontrados no exercício profissional.

A entrevista foi realizada em novembro de 2025, nas dependências do serviço, com duração aproximada de cinquenta minutos. Mediante autorização da participante, o encontro foi gravado em áudio e posteriormente transcrito para preservar a integralidade das informações produzidas e possibilitar sua análise. A gravação foi transcrita integralmente, constituindo o *corpus* empírico da pesquisa.

O material proveniente da entrevista foi submetido à análise de conteúdo temática, com base em Bardin (2011), considerando as etapas de pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Inicialmente, realizou-se a leitura integral da transcrição para familiarização com o corpus e identificação dos conteúdos relacionados ao objetivo da pesquisa. Em seguida, foram identificadas e codificadas unidades de sentido, posteriormente agrupadas por aproximação temática, dando origem às categorias analíticas. Por fim, essas categorias foram interpretadas em diálogo com a literatura científica sobre acolhimento institucional, desenvolvimento socioafetivo e atuação da Psicologia, buscando identificar aproximações, especificidades e tensões entre a experiência investigada e a produção científica.

Quanto aos aspectos éticos, foram adotadas medidas destinadas à preservação da identidade, privacidade e autonomia da participante, em consonância com os princípios éticos

aplicáveis às pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, em conformidade com a Resolução CNS nº 510/2016.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise de conteúdo da entrevista possibilitou a construção de três categorias temáticas, que sintetizam os principais aspectos da experiência investigada. A primeira, “O cotidiano institucional entre convivência, conflitos e construção de vínculos”, evidencia que a convivência coletiva é atravessada por tensões e conflitos, mas também constitui espaço de socialização, aprendizagem e estabelecimento de vínculos, demandando mediação e atenção às trajetórias singulares dos acolhidos. A segunda, “Atuação psicológica, escuta e estratégias de fortalecimento socioafetivo”, reúne práticas como escutas individualizadas, acompanhamento familiar, atividades lúdicas e de integração, apoio à equipe cuidadora e articulação com outros serviços, apontando para uma atuação ampliada da Psicologia no fortalecimento socioafetivo. Por fim, a categoria “Proteção institucional e autonomia: contradições do cuidado no acolhimento” revela a tensão entre a função protetiva da instituição e os desafios relacionados ao desenvolvimento da autonomia, à resolução de problemas, às relações interpessoais e à preparação para a vida após o acolhimento.

7

A análise da entrevista evidenciou que o cotidiano do acolhimento institucional é marcado por uma dinâmica relacional complexa, na qual convivência coletiva, conflitos e construção de vínculos coexistem. A reunião, em um mesmo espaço, de crianças e adolescentes com diferentes idades, histórias de vida, necessidades e formas de se relacionar faz com que situações de tensão integrem o cotidiano institucional. Ao mesmo tempo, essa convivência cria oportunidades de interação, socialização e aprendizagem de formas de resolução de conflitos. Essa dinâmica é explicitada pela participante:

A rotina é sempre muito turbulenta. Imagina vinte e tantas crianças e adolescentes, meninos e meninas, convivendo. Acaba sendo turbulento, no sentido de discussões e pequenos conflitos, que precisamos intermediar, mas eles vivem normalmente. De modo geral, é uma rotina comum, de estudo, lazer, atividades. Temos profissionais que auxiliam eles, como pedagogos, profissionais de educação física, psicólogos. A rotina vai variar muito de acordo com a faixa etária, os interesses deles, do que o município disponibiliza para eles (Entrevistada).

A fala permite compreender que os conflitos não aparecem isoladamente, mas inseridos em uma rotina que também envolve estudo, lazer, atividades e acompanhamento por diferentes

profissionais. A convivência institucional apresenta, portanto, um caráter contraditório: ao mesmo tempo que a coletividade pode produzir tensões, constitui um espaço no qual crianças e adolescentes estabelecem novas relações e exercitam habilidades necessárias à vida social. Essa compreensão encontra aproximação com a literatura discutida por Romeiro e Melchiori (2026), segundo a qual os vínculos estabelecidos com pares e profissionais durante o acolhimento podem desempenhar função protetiva, ainda que essas relações também sejam atravessadas por dificuldades emocionais e comportamentais.

Nesse contexto, a mediação realizada pelos adultos assume importância para que situações de conflito possam constituir oportunidades de desenvolvimento, em vez de serem enfrentadas exclusivamente por meio de práticas disciplinares. A presença de adultos capazes de oferecer atenção, respeito e referências relativamente estáveis contribui para a organização das experiências relacionais. Conforme Martins e Szymanski (2004), o desenvolvimento infantil ocorre nas relações estabelecidas com outras pessoas, especialmente aquelas capazes de proporcionar suporte e condições para a inserção da criança no mundo social.

Entretanto, a mediação das relações requer considerar que cada acolhido ingressa na instituição trazendo uma trajetória particular. A participante enfatiza essa dimensão ao abordar os desafios encontrados no cotidiano:

O desafio é sempre procurar compreender quem é essa pessoa, quem é esse acolhido, qual é a história de vida dele, como é que ela se percebe diante da própria história de vida. [...] Alguns têm dificuldade de entender que estamos aqui para ajudar e não para prejudicar. Então estamos aqui para ajudar eles a lidar com tudo isso e ajudar a fortalecer também os cuidadores (Entrevistada).

O relato desloca a compreensão dos comportamentos apresentados pelos acolhidos de uma perspectiva exclusivamente disciplinar para o reconhecimento de suas histórias e das formas pelas quais significam suas próprias experiências. Resistências, dificuldades de confiança e conflitos não podem, nessa perspectiva, ser interpretados independentemente das trajetórias marcadas por rupturas e violações de direitos. A construção de vínculos demanda tempo, constância e reconhecimento da singularidade de cada criança e adolescente (Lemos; Silva, 2019).

Assim, a convivência institucional não se reduz ao compartilhamento de um mesmo espaço físico. Ela constitui um campo relacional no qual conflitos, mediações, vínculos e aprendizagens sociais são continuamente produzidos. A qualidade dessas relações torna-se

especialmente relevante para o desenvolvimento socioafetivo, indicando que o cotidiano pode constituir, ele próprio, espaço de intervenção e cuidado.

A segunda categoria, e principal eixo analítico do estudo, refere-se às diferentes formas pelas quais a Psicologia participa da construção do cuidado e do fortalecimento socioafetivo no contexto investigado. A entrevista evidencia uma atuação que não se estrutura a partir da psicoterapia continuada, mas por meio de escutas relacionadas às demandas identificadas, acompanhamento das famílias, atividades de integração, apoio aos cuidadores e articulação com outros serviços e instituições. Segundo a participante:

A Psicologia aqui, como nas políticas sociais, não fazemos psicoterapia, então são atendimentos mais pontuais, tanto com os acolhidos, como com a família. [...] Temos o suporte do CAPS, temos suporte de outros institutos, temos as faculdades também. O manejo da equipe de psicólogos é mais nesse sentido de fazer escutas pontuais e utilizar a psicologia para dar esse direcionamento que vai sendo percebido de acordo com cada caso. Trabalhamos fazendo também esses momentos de integração, tanto com os meninos quanto com a equipe cuidadora (Entrevistada).

A fala apresenta uma concepção de atuação que ultrapassa uma perspectiva centrada exclusivamente no indivíduo. A criança ou adolescente aparece inserido em relações familiares, institucionais e comunitárias, demandando que a intervenção considere diferentes dimensões de sua experiência. Essa característica aproxima-se dos resultados encontrados por Romeiro e Melchiori (2026), que identificaram, entre as práticas da Psicologia nos serviços de acolhimento, acompanhamento dos acolhidos e das famílias, elaboração do Plano Individual de Atendimento, oficinas, formação de educadores e articulação com outros profissionais.

A referência da participante às “escutas pontuais” também precisa ser compreendida a partir das especificidades do campo de atuação. Mais do que reproduzir o modelo psicoterápico convencional no interior do serviço, a prática relatada procura identificar necessidades e construir encaminhamentos a partir de cada situação. Essa perspectiva dialoga com Corrêa e Alves (2026), que compreendem a atuação psicológica no acolhimento a partir de uma clínica ampliada, na qual escuta, presença e vínculo podem constituir dispositivos de cuidado nos diferentes espaços e situações do cotidiano institucional.

Os dados também evidenciam a utilização de atividades lúdicas como recurso de integração, estimulação e socialização, considerando as especificidades das diferentes etapas do desenvolvimento. Ao ser questionada sobre essas práticas, a participante afirmou:

É extremamente importante. Primeiro, para integrar, segundo, para desenvolver habilidades e também a importância no desenvolvimento da socialização [...]

Quando um bebê é deixado ele precisa conhecer o mundo e esses processos ludoterápicos são importante porque vai desenvolvendo habilidades, até um chocalho [...] vai gerando as estimulações com objetos, com sons para ir se desenvolvendo, e com os mais velhos é importante na questão da socialização e vai depender de cada faixa etária (Entrevistada).

O lúdico aparece, portanto, menos como atividade acessória e mais como possibilidade de mediação das relações e do desenvolvimento. Diniz, Assis e Souza (2018) apontam que práticas dessa natureza podem favorecer expressão emocional, autonomia, relações de confiança e socialização no acolhimento institucional. A fala da participante acrescenta uma dimensão importante: a intervenção precisa ser ajustada à faixa etária e às necessidades dos acolhidos, assumindo funções distintas conforme o momento do desenvolvimento.

Esse resultado também pode ser aproximado de Silva e Motta (2026), que demonstraram, em intervenção grupal com adolescentes acolhidas, que espaços estruturados de diálogo e interação podem favorecer comunicação emocional, confiança, esperança, autonomia e construção de perspectivas futuras. Ainda que as estratégias sejam diferentes, os estudos convergem ao demonstrar que o trabalho psicológico pode criar espaços relacionais nos quais os acolhidos tenham possibilidades de expressão, elaboração das experiências e fortalecimento de recursos pessoais e sociais.

Outro elemento relevante é que a atuação relatada não se restringe às crianças e adolescentes. A referência aos “momentos de integração” com a equipe cuidadora evidencia que os profissionais responsáveis pelo cotidiano também são considerados no processo de intervenção. Esse dado aproxima-se das contribuições de Pereira e Souza (2026), que identificaram que os vínculos estabelecidos com crianças e adolescentes e o contato com suas trajetórias podem mobilizar afetos e angústias nos cuidadores, indicando a importância de espaços de elaboração e construção compartilhada das estratégias de cuidado.

Além disso, a menção ao CAPS, às instituições de ensino superior e a outros serviços evidencia uma dimensão intersetorial da atuação. A complexidade das demandas apresentadas no acolhimento torna insuficiente uma resposta produzida exclusivamente no interior da instituição. Corrêa e Alves (2026) destacam que a integralidade do cuidado requer compartilhamento de responsabilidades entre profissionais e serviços. Nessa perspectiva, a articulação em rede pode ampliar as possibilidades de resposta às necessidades psicológicas, sociais, educacionais e de saúde apresentadas pelos acolhidos.

Os resultados permitem, portanto, compreender o fortalecimento socioafetivo não como produto de uma técnica psicológica isolada, mas como resultado potencial de um conjunto articulado de práticas de escuta, vínculo, integração, ludicidade, acompanhamento familiar, apoio aos cuidadores e articulação intersetorial. A contribuição da Psicologia reside, assim, tanto nas intervenções diretamente dirigidas aos acolhidos quanto na possibilidade de qualificar as relações e os contextos nos quais o cuidado é produzido.

A terceira categoria evidencia uma tensão central na experiência analisada: a instituição constitui espaço necessário de proteção, mas determinadas características da própria institucionalização podem produzir limites ao desenvolvimento da autonomia e à preparação para a vida fora do serviço. Essa contradição aparece de forma expressiva na entrevista:

A institucionalização é sempre muito negativa, porque por mais que a gente tente transformar esse espaço numa casa, não é a casa [...] então acaba prejudicando nessa autonomia e acaba gerando um certo atraso, porque eles têm tudo, mas não sabem de onde vem e nem sabem como funciona a logística para ter essas coisas. Acaba que por terem vivido tanto nesse processo de institucionalização, não sabem lidar com outras pessoas também. Temos casos de meninos que saíram já maiores de idade e acabaram tendo muita dificuldade de se adaptar ao ambiente de trabalho, por conta das relações interpessoais mesmo, da forma de resolver os problemas [...] não sabem lidar com outras pessoas (Entrevistada).

A afirmação de que os acolhidos “têm tudo, mas não sabem de onde vem” revela uma questão que ultrapassa a existência de recursos materiais. A organização institucional pode atender às necessidades cotidianas e, simultaneamente, limitar oportunidades para participação em decisões e aprendizagens relacionadas à administração da própria vida. A proteção pode, portanto, conviver com processos que dificultam o exercício progressivo da autonomia.

Essa tensão aproxima-se da discussão de Delgado Filho (2026) sobre a insuficiência de compreender o cuidado apenas pela presença, estabilidade ou satisfação de necessidades objetivas. O cuidado possui também uma dimensão relacional e subjetiva, de modo que a garantia material não assegura, isoladamente, pertencimento, segurança e participação. Transportada com cautela para o acolhimento institucional, essa perspectiva ajuda a compreender que proteger não significa substituir integralmente a participação do sujeito na organização da própria existência.

A fala da participante também relaciona a permanência institucional às dificuldades posteriores de inserção em outros espaços sociais, particularmente no trabalho. Nesse aspecto, o problema não se restringe ao desenvolvimento de habilidades práticas, mas alcança a

capacidade de resolver conflitos, estabelecer relações e enfrentar situações cotidianas com maior autonomia. A literatura já aponta que longos períodos de institucionalização podem produzir dificuldades relacionadas à insegurança e ao desenvolvimento (Lemos; Gechele; Andrade, 2017), enquanto Lima e Sousa (2020) destacam que formas excessivamente controladas de organização institucional podem reduzir oportunidades para o exercício da autonomia.

Essa problemática torna especialmente relevante a preparação para o desligamento e a construção de projetos de futuro. Os resultados de Silva e Motta (2026) mostram que intervenções com adolescentes acolhidas podem favorecer a elaboração de expectativas relacionadas a estudo, trabalho, moradia e independência. A autonomia, contudo, não deve ser entendida como responsabilização individual do adolescente pela superação das adversidades, mas como processo construído progressivamente mediante oportunidades concretas de participação, aprendizagem, tomada de decisão e estabelecimento de relações sociais.

A própria participante reconhece essa tensão ao mencionar a necessidade de equilibrar limites e flexibilidade no cotidiano:

[...] Outro desafio é manter a flexibilização para manter esse bom convívio, para que não seja algo tão rígido, mas que também não seja algo tão permissivo, porque aqui a gente desenvolve uma educação para vida mesmo (Entrevistada).

Esse equilíbrio entre proteção, limites e autonomia constitui um dos desafios centrais do cuidado institucional. Uma organização excessivamente rígida pode restringir participação e iniciativa, enquanto a ausência de referências e limites também não favorece o desenvolvimento socioafetivo. A ideia de uma “educação para a vida”, presente no relato, aponta justamente para a necessidade de criar experiências cotidianas que possibilitem às crianças e adolescentes ampliar progressivamente sua capacidade de escolha, convivência e resolução de problemas.

A análise dessa categoria evidencia, portanto, que o acolhimento institucional é atravessado por uma contradição entre proteger e preparar para a autonomia. Essa constatação não significa negar sua função protetiva nem atribuir à institucionalização, isoladamente, as dificuldades apresentadas pelos acolhidos, cujas trajetórias anteriores também são marcadas por condições diversas. Indica, antes, a necessidade de práticas capazes de transformar o cotidiano institucional em espaço de participação, construção de vínculos e desenvolvimento progressivo de autonomia. Nesse processo, a Psicologia pode contribuir para que a proteção não se limite à

satisfação das necessidades imediatas, mas incorpore a singularidade, a participação e a construção de possibilidades futuras como dimensões do cuidado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo possibilitou analisar a atuação da Psicologia no cuidado de crianças e adolescentes em acolhimento institucional em um município do interior do Ceará. Os resultados evidenciaram que essa atuação se desenvolve em um cotidiano marcado simultaneamente por conflitos, construção de vínculos e demandas relacionadas às diferentes trajetórias dos acolhidos. Nesse contexto, o fortalecimento socioafetivo requer práticas sensíveis às singularidades das crianças e adolescentes e às relações estabelecidas no ambiente institucional.

A atuação psicológica identificada ultrapassa o atendimento individual e envolve escuta, acompanhamento familiar, atividades lúdicas e de integração, apoio aos cuidadores e articulação com outros serviços. Os achados também revelam uma tensão entre a função protetiva do acolhimento e a necessidade de promover progressivamente a autonomia, indicando a importância de criar oportunidades de participação, tomada de decisões e preparação para a vida após o desligamento institucional.

Como contribuição, a pesquisa apresenta uma experiência territorialmente situada, ampliando a compreensão sobre práticas psicológicas desenvolvidas em um serviço localizado no interior do Ceará. Entretanto, por envolver um único serviço e uma participante, os resultados não podem ser generalizados e expressam especificamente a perspectiva da profissional entrevistada.

Recomenda-se que estudos futuros contemplem diferentes serviços, municípios e profissionais e, observados os cuidados éticos necessários, incluam as perspectivas dos próprios acolhidos. Conclui-se que as contribuições da Psicologia para o desenvolvimento socioafetivo nesse contexto envolvem a articulação entre escuta, vínculo, cuidado, trabalho em rede e promoção da autonomia, reconhecendo crianças e adolescentes como sujeitos singulares e participantes de seus próprios percursos.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

CORREIA, T. L. da S.; ALVES, C. P. Pistas para uma clínica ampliada tecida no acolhimento institucional: os contornos da proteção e do cuidado através de um relato de experiência. **Amazônica – revista de Psicopedagogia, psicologia escolar e educação**, v. 19, n. 2, p. 649-668, 2026.

DELGADO FILHO, F. R. Sem casa por dentro: cuidado, infância e produção do sofrimento psicossocial. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 12, n. 2, 2026.

DINIZ, I. A.; ASSIS, M. O.; SOUZA, M. F. S. de. Crianças institucionalizadas: um olhar para o desenvolvimento socioafetivo. **Pretextos - Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas**, Belo Horizonte, v. 3, n. 5, p. 261-285, 2018.

MARTINS, E.; SZYMANSKI, H. Brincando de casinha: significado de família para crianças institucionalizadas. **Estudos de Psicologia**, v. 9, n. 1, p. 177-87, 2004.

LEMO, I. C.; SILVA, R. B. F. Cuidado de crianças em acolhimento institucional: relações afetivas e dimensão temporal. **Psi UNISC**, v. 3, n. 1, p. 173-191, 2019.

LEMO, S. de C. A.; GEHELE, H. H. L.; ANDRADE, J. V. de. Os Vínculos Afetivos no Contexto de Acolhimento Institucional: Um Estudo de Campo. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 33, p. e3334, 2017.

LIMA, J. de S.; SOUSA, E. L. de. Autonomia das crianças versus controle institucional: uma análise da agência infantil em uma casa abrigo de imperatriz. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 17, n. 33, p. 297-318, 2020.

MENDES, D. M. L. F.; PESSÔA, L. F. Comunicação afetiva nos cuidados parentais. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 18, n. 1, p. 15-25, jan./mar. 2013.

PEREIRA, G. R. L.; SOUZA, M. R. de. Um estudo psicanalítico sobre angústia entre cuidadores de crianças e adolescentes acolhidos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 46, e284548, p. 1-14, 2026.

PIAGET, J.; INHELDER, B. **A psicologia da criança**. 18. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

ROMEIRO, J. B.; MELCHIORI, L. E. Aspectos psicológicos do acolhimento institucional de crianças e adolescentes: uma revisão sistemática. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 12, n. 2, p. 1-16, 2026.

SILVA, C. Y. G. da; MOTTA, I. F. da. Intervenção em grupo com adolescentes em acolhimento institucional: a esperança em cena. **Vínculo – Revista do NESME**, v. 23, e23003, p. 1-20, 2026.